



Cidades em jogo

Como o Brasil trata das questões de moradia, transporte, trabalho e aplicação de recursos públicos nas obras para sediar megaeventos como Copa do Mundo e Olimpíadas

Publicação da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal. Edição nº 73 - ano 15. Janeiro/fevereiro 2012. Distribuição gratuita.



Negociação cobra agências e mais Empregados para a Caixa



A mobilização para aumentar a participação feminina no poder

8 de março

Dia Internacional da Mulher

A watercolor-style illustration of a woman with dark hair, wearing a headband and a necklace, sitting and reading a book. The background is a soft, textured yellow. The woman has a tattoo on her left shoulder.

Sem Culpa

Mulher feliz é mulher que escolhe seu destino. Escolhe ser mãe ou não. Escolhe ser solteira ou casada. Escolhe cair na balada ou pegar um cineminha. Escolhe deixar o filho na creche ou com o pai, o avô ou o tio. Compartilha responsabilidades. Reivindica melhores salários. Participa ativamente da política – porque é lá que suas escolhas se ampliam, cada vez mais. Mulher feliz é uma mulher sem culpa de exercer o poder sobre sua própria vida.



FENAE

união, lutas e conquistas
40



APCEF

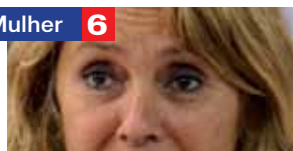


> Editorial 4

MUNDO CAIXA

> Mundo Caixa 5

> Mulher 6



> Artigo 9



> Aposentados 10



> Entrevista 12



> Capa 14



> Cultura 19



> Movimento 20



> Funcef 22



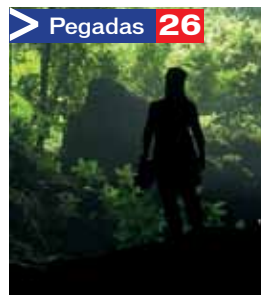
> Memórias 24



Expediente:

Administração e redação: Setor Comercial Sul, quadra 1, bloco C, n.º 30, Edifício Antônio Venâncio da Silva, 5º andar, Brasília (DF) - CEP: 70395-900 - Telefone: (61) 3323-7516 - Fax: (61) 3226-6402 - www.fenae.org.br - imprensa@fenae.org.br - **Diretoria Executiva - Diretor-presidente:** Pedro Eugênio Beneduzzi Leite. **Diretor vice-presidente:** Jair Pedro Ferreira. **Diretora de Administração e Finanças:** Fabiana Cristina Meneguele Matheus. **Diretor de Comunicação e Imprensa:** Daniel Machado Gaio. **Diretor de Esportes:** Paulo César Barros Cotrim. **Diretora de Cultura:** Ely Custódio Freire. **Diretor para Assuntos de Aposentados e Pensionistas:** Olívio Gomes Vieira. **Diretoria Executiva:** Paulo Roberto Damasceno, Kardec de Jesus Bezerra, Maristela da Rocha, Marcos Benedito de Oliveira Pereira. **Conselho Fiscal - Titulares:** Marcos Aurélio Saraiva Holanda, Paulo Cesar Matileti, Laércio Silva. **Suplentes:** Anabele Cristina Silva, Jorge Luiz Furlan, Daniel Pinto de Azeredo. **Conselho Deliberativo Nacional - Presidente:** José Aúreo de Oliveira Junior. **Vice-presidente:** Cely Nascimento. **Secretário-geral:** Vera Lúcia Barbosa Leão. **Gerente de Comunicação:** Eurico Batista. **Jornalistas:** Antônio José Reis, Evando Peixoto, Amanda Vieira e Andréa Viegas. **Grupo PAR e Responsabilidade Social:** Thiago Turbay. **Fotos:** as não identificadas são de autoria de Augusto Coelho. **Pesquisa:** Patrícia Pires. **Design:** Lisarb Sena de Mello e Marcelo Villodres. **Ilustrações e projeto gráfico:** Lisarb Sena de Mello. **Colaboradores:** Mylton Severiano e Fernando Nogueira. **Impressão:** Bangraf. **Tiragem:** 122 mil exemplares. Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores. As matérias podem ser reproduzidas, desde que citada a fonte. Distribuição gratuita.

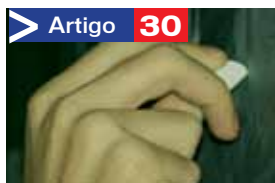
> Pegadas 26



> Esporte 28



> Artigo 30



> Apcef 31



> Responsabilidade social 32



> Rede 34





À medida que se aproximam a Copa das Confederações (2013), a Copa do Mundo (2014) e as Olimpíadas (2016), as notícias sobre a preparação de atletas e as decisões dos dirigentes esportivos chamam a atenção do público e tomam conta dos debates sobre o tema.

Paralelo a isso, as organizações que defendem a cidadania, os trabalhadores e as minorias tentam, junto a setores da imprensa, ecoar um debate de suma importância para o país. São as preocupações com a infraestrutura que está sendo providenciada para dar suporte às realizações dos jogos.

Uma tarefa difícil, pois é natural que a maioria das pessoas fique mais atenta à possibilidade de o país ser campeão dos jogos e que os atletas dos clubes para os quais torcem sejam convocados para representar a nação. Em termos de obras, o máximo que os populares discutem são as construções dos estádios. Falar sobre cronograma, custo e importância das obras destinadas à mobilidade urbana, sobre a especulação imobiliária e o aproveitamento dessa estrutura após os eventos esportivos não tem chamado a atenção do grande público.

A Fenae, que representa o segmento dos trabalhadores no Conselho Nacional das Cidades (ConCidades), tem procurado avivar esse debate, demonstrando a importância do Estatuto da Cidade e de políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade de vida da população.

Nesta edição, a matéria especial de capa de **Fenae Agora** aborda a preocupação e a luta de lideranças populares para que as obras sejam realizadas em benefício das comunidades, respeitando aspectos legais de edificações, de ocupação do solo, e a função social da propriedade. Os megaeventos esportivos são importantes para geração de empregos e renda, mas, passados os jogos, será preciso que a infraestrutura satisfaça as necessidades e interesses dos brasileiros. <



“Campanha **12 Maneiras de Curtir o Ano Novo**” ofereceu **viagem** a destino turístico do Brasil

Praias paradisíacas, cidades históricas, monumentos e belezas naturais. Esse foi o cenário utilizado na campanha “12 Maneiras de Curtir seu Ano Novo” do Mundo Caixa, que ofereceu como prêmio aos participantes viagem a um dos 12 principais destinos turísticos do Brasil. A promoção começou em janeiro e foi encerrada em 13 de fevereiro.

Para concorrer à viagem, o participante teve que descobrir os nomes de 12 cidades, seguindo as dicas dadas pelo portal e reconhecendo as fotos dos principais pontos turísticos destes lugares. As dicas eram dadas semanalmente, durante o período da campanha.



Além disso, o Mundo Caixa publicou sugestões do que fazer para tornar o ano (2012) inesquecível, como dica de livros, shows, peças de teatro, músicas e conselhos para o desenvolvimento profissional.

A campanha foi realizada pelos programas Sempre ao Lado e Circuito Fena/Apcef. Participaram empregados ativos ou aposentados da Caixa, Fena Federação, empregados do Grupo Caixa Seguros, Funcef, Grupo PAR, cadastrados no portal do Mundo Caixa. A premiação foi concedida em pontos para serem trocados no catálogo de prêmios do Mundo Caixa. A sorteada foi a empregada da Caixa, Teresinha Sueli Matos, de Itaúna (MG). Ela recebeu 250 mil pontos do Mundo Caixa. <





Bancada feminina no Senado Federal

O poder das mulheres

Movimentos sociais se mobilizam para ampliar a representação das mulheres nos espaços de poder

No Brasil, as mulheres são mais da metade da população e do eleitorado, têm maior nível de escolaridade que os homens e somam quase metade da população economicamente ativa do país. No entanto, existe uma sub-representação das mulheres nas esferas do poder que desperta uma infinidade de questionamentos e revela as relações desiguais entre homens e mulheres que ainda persistem na nossa sociedade.

O Comitê das Nações Unidas para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (Comitê Cedaw) recebeu um relatório brasileiro com os dados da baixa proporção de mulheres ocupando cadeiras no Congresso Nacional. De acordo com a representante do Brasil nos organismos internacionais em Genebra, embaixadora Maria Nazaré Farani, que acompanhou a apresentação do

relatório, é preciso reconhecer que, nesse tema, o Brasil não conseguiu avançar muito. “Temos uma mulher como presidenta da República, temos duas mulheres ocupando as vice-presidências do Senado e da Câmara, mas o número de deputadas e senadoras é muito baixo, apesar de as mulheres serem maioria da população”.

Na opinião da socióloga Fátima Pacheco Jordão, do Instituto Patrícia Galvão, a baixa representação das mulheres na política se deve, principalmente, à própria dinâmica partidária: “As mulheres são maioria nas bases, porém não chegam aos postos executivos. Isso ocorre porque o acesso aos cargos mais elevados dentro do partido se dá pela capacidade de financiamento – aqueles que têm dinheiro têm livre trânsito entre os partidos, e normalmente mulheres não têm trabalho nessa direção. Quando entra uma mulher no poder, é para levantar questões programáticas como família, os direitos reprodutivos, saúde, educação, entre outros temas do cotidiano que não são prioridades nos partidos.”

A influência das questões privadas

A baixa representação na política também está ligada a questões privadas. O artigo “Direitos civis e políticos: a conquista da cidadania feminina”, da doutora em Direitos Humanos e Direito Constitucional Flávia Piovesan, aborda esse problema. Segundo a autora, “a reduzida presença de mulheres nos postos decisórios do país evidencia a forte dicotomia entre os espaços público e privado, que acaba por condicionar o exercício de seus direitos mais fundamentais”.

Flávia Piovesan lembra que as mulheres apresentam maior escolaridade do que os homens, mas predominam em atividades precárias e informais; estão concentradas nas faixas mais baixas de renda e ganham sempre menos do que eles, mesmo quando trabalham a mesma carga horária em ocupação igual. Segundo ela, essa disparidade afeta, sobretudo, as mulheres negras e pardas. O papel do Estado, que não tem oferecido creches e outras políticas sociais, tem reforçado a permanência de uma divisão desigual do trabalho doméstico.

Reforma política

Mudanças na legislação, como por exemplo a Lei 9.504, de 30/9/1997, que estabeleceu normas para que os partidos ou coligações reservem o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo, tiveram impacto positivo, mas não têm se mostrado suficientes para consolidar a cidadania plena das mulheres no país. Por isso, há uma forte corrente dentro dos

movimentos feministas que defende uma reforma política ancorada no financiamento público de campanha e na votação em listas paritárias como formas de quebrar a hegemonia masculina nos partidos. A lista paritária já é adotada nos países nórdicos, onde se registram baixos índices de desigualdade de gênero.

Números

Atualmente, a bancada feminina no Congresso Nacional conta com 45 deputadas (8,77%) e 12 senadoras (14,81%). Temos 2 governadoras (7,40%), 133 deputadas estaduais (12,85%), 504 prefeitas (9,8%) e 6.511 vereadoras (12,53%). De acordo com o professor José Eustáquio Diniz Alves, da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (Ence), o Brasil está na 111ª posição quanto a proporcionalidade de participação de mulheres no Parlamento em relação ao número de homens. Nos sindicatos, a representatividade das mulheres obteve avanços com a adoção de políticas de cotas. Na Central Única dos Trabalhadores (CUT), por exemplo, as mulheres ocupavam 4% dos cargos da direção executiva em 1992. Com a adoção de ações afirmativas, essa participação atualmente é de 30,3%. E as mulheres continuam lutando por mais espaço: a 13ª Plenária Nacional da CUT, realizada em 2011, aprovou a paridade entre homens e mulheres na distribuição dos cargos de direção da CUT, em níveis nacional e estadual. A proposta será levada ao 11º Congresso Nacional da CUT (CONCUT), que acontece em julho deste ano, onde será submetida à votação.

Rendimento médio¹ real das/os ocupadas/os² por sexo

Regiões Metropolitanas e Distrito Federal 2010 (em R\$ de novembro de 2010)

Regiões Metropolitanas e Distrito Federal	Belo Horizonte	Distrito Federal	Porto Alegre	Fortaleza	Recife	Salvador	São Paulo
Homens	1.597	2.293	1.521	975	1.019	1.225	1.683
Mulheres	1.096	1.667	1.125	698	731	925	1.122

Fonte: DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego. Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Infl ator utilizado: IPCA/BH/IPEAD, INPC-DF/IBGE, IPC-IEPE/RS, INPC-RMF/IBGE, INPC-RMR/IBGE/PE, IPC-SEI/BA, ICV DIEESE/SP; (2) Excluídos os assalariados e os empregados domésticos mensalistas que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os empregados que receberam exclusivamente em espécie ou benefício.

OBS.: tabela simplificada. Original encontra-se no site da Secretaria de Políticas para as Mulheres, no Anuário das Mulheres Brasileiras – Dieese - São Paulo / 2011, páginas 98 e 99: http://www.sepm.gov.br/noticias/documentos-1/anuario_das_mulheres_2011.pdf



Dep. Fed. Erika Kokay, empregada da Caixa atuante no Congresso Nacional

Bancárias

A luta do movimento sindical bancário para combater a discriminação e preconceito contra as bancárias de forma mais sistemática foi iniciada no Encontro Nacional dos Bancários de 1992, período em que os banqueiros negavam enfaticamente a existência de desigualdade. Depois de anos de pressão dos trabalhadores, os banqueiros publicaram, em 2009, o Mapa da Desigualdade, reconhecendo a existência dessas discrepâncias. Hoje, o movimento conta com uma mesa temática específica assegurada na Convenção Coletiva de trabalho, em busca de formulação de políticas que ponham fim às discriminações.

Os dados mais recentes sobre a situação das mulheres são do Dieese/Contraf-CUT de 2009: embora sejam quase a metade da categoria e tenham maior escolaridade que os homens, as bancárias enfrentam forte resistência para ascensão profissional no bancos e ganham em média 23,88% menos do que os homens. As mulheres já são discriminadas na porta de entrada: são contratadas com salários 36,5% inferiores aos dos colegas do sexo masculino. A distância entre a remuneração de homens e de mulheres com a mesma formação varia de 11,17% a 54,88% em prejuízo delas.

Mobilização

A campanha da CUT para o Dia Internacional da Mulher vai abordar o tema “Igualdade de oportunidades e de direitos para um desenvolvimento sustentável, com distribuição de renda e valorização do trabalho”. Salário igual para trabalho igual, creches públicas e compartilhamento das atividades domésticas são algumas das demandas incluídas na campanha, que ampliam o poder da mulher na sociedade. A Contraf/CUT está preparando um material específico sobre a situação das bancárias – acompanhe pelo site www.contrafcut.org.br.<

As mulheres na política brasileira

- Entre 1500 e 1932, as mulheres brasileiras eram excluídas da política institucional
- Conquista do direito de voto: 24 de fevereiro de 1932
- Até 1974, apenas 1 ou 2 mulheres se revezavam na Câmara dos Deputados
- Somente em 1990 se elegeu a primeira senadora
- Somente em 1994 se elegeu a primeira governadora
- Somente em 2010 se elegeu a primeira presidenta
- Nunca houve uma mulher na mesa diretora da Câmara dos Deputados

Fontes

- Mais mulheres no poder no Brasil: www.maismulheresnopoderbrasil.com.br
- Livro “O progresso das mulheres no Brasil”, da Unifem: www.generoracaetnia.org.br/pt/publicacoes/recomendadas/item/451-o-progresso-das-mulheres-no-brasil.html
- Centro Feminista de Estudos e Assessoria: www.cfemea.org.br
- Cadernos da Contraf: Construindo a Igualdade de Oportunidades

Formação de Profissionais Qualificados

Em fevereiro de 2011, foi oferecido pequeno jantar para o presidente Obama no Vale do Silício da Califórnia. Foram convidados uma lista restritiva de convidados entre os líderes da tecnologia norte-americana. Steve Jobs, sentado ao lado do presidente, quando este pediu a cada um que sugerisse linhas de ação governamental, insistiu que era preciso encontrar maneira de formar maior número de engenheiros americanos.

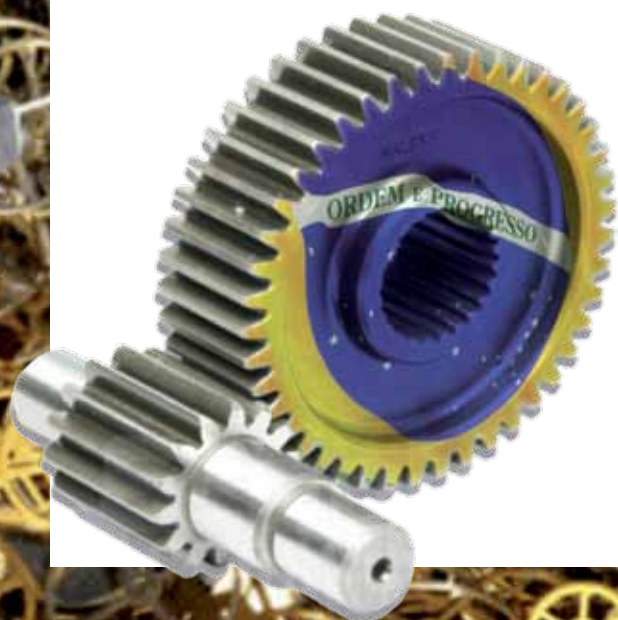
A Apple tinha 700 mil operários trabalhando na China, disse ele, e essa era a razão por que ela precisava de 30 mil engenheiros no local, para supervisionar esses operários. “Você não encontra esse tanto nos Estados Unidos para contratar”, argumentou. Esses engenheiros de fábrica não precisavam ser gênios nem ter doutorado; precisavam apenas ter uma formação básica de Engenharia de Produção. Poderiam se formar em escolas técnicas, faculdades locais ou cursos profissionalizantes. “Se você pudesse formar esses engenheiros, presidente Obama, poderíamos trazer mais fábricas para cá”, concluiu.

Deng Xiaoping encerrou, em 1977, os abusos da Revolução Cultural. Começou a articular uma visão da modernidade chinesa. Enfatizou a importância da descentralização de decisões em país vasto com imensa população e diferenças regionais. Para tanto, a tecnologia moderna tinha de ser introduzida na China, dezenas de milhares de estudantes chineses seriam mandados para o exterior, porque, disse, “nada temos a temer com a educação ocidental”.

“A chave para conquistar a modernização”, argumentou, “é o desenvolvimento da ciência e tecnologia. E, a menos que prestemos especial atenção na educação, será impossível desenvolver a ciência e tecnologia. Devemos ter conhecimento e pessoal treinado para tirar o atraso em relação aos países desenvolvidos”.

Diferentemente de Mao, além da ênfase na aquisição de conhecimento, Deng governou retomando outra tradição chinesa: invisibilidade do governante. Muitas culturas fortalecem a autoridade do governante mediante contato demonstrativo com os governados, onde a oratória é considerada um ativo para governar. Mao foi uma exceção, pois não existe tradição geral de oratória na China. Os líderes chineses por tradição não baseiam sua autoridade em habilidades retóricas ou no contato físico com as massas. Na tradição mandarim, operam essencialmente fora das vistas, legitimados pelo desempenho.

Decretando que “pobreza não é socialismo”, Deng proclamou que a China necessitava obter tecnologia, especialização e investimento direto estrangeiro para remediar suas deficiências. Condenou os “tabus intelectuais” e o “burocratismo”. O mérito deveria substituir a patrulha ideológica. Dilma Roussef adotou o slogan “país rico é país sem pobreza”. Deve resgatar a tradição brasileira de tropicalização antropofágica miscigenada das boas “ideias de fora”. <



Arquivo pessoal

Fernando Nogueira é professor associado do IE-Unicamp, 56. Foi vice-presidente da Caixa Econômica Federal de 2003 a 2007. fernandonogueiracosta.wordpress.com fercos@uol.com.br

Respeito e gratidão aos **aposentados** e pensionistas da Caixa

Lazer, integração e compromisso com vida digna para os aposentados e pensionistas da Caixa Econômica Federal. Em janeiro deste ano, pela quarta vez consecutiva, a Fenae e as Apcefs realizaram Brasil afora atividades alusivas ao Dia Nacional dos Aposentados, comemorado em 24 daquele mês desde 1981 em virtude de lei instituída pelo Congresso Nacional

Os eventos ocorreram em clima de homenagem a quem dedicou uma vida inteira a ajudar a construir um Brasil e uma Caixa melhores. Foi repetido em 2012 o sucesso das edições anteriores. Variada, a programação reuniu um pouco de tudo, desde baile, música, peça teatral e dança de salão, passando por café da manhã, coquetel, almoço e jantar de confraternização, desembocando em caminhada ecológica, hidroginástica, massagem, matinê carnavalesca, distribuição de brindes e muitas atividades esportivas.

Em todos os estados em que foram realizados eventos em homenagem aos aposentados e pensionistas, a leitura de uma carta da Fenae emocionou quem apareceu para confraternizar-se com parentes e amigos. No documento, por exemplo, depois de cumprimentar os aposentados pelo dia, a Diretoria da Fenae reafirma seu compromisso com a promoção do bem-estar e com a luta pelos direitos





previdenciários do segmento. Lembra, por fim, que “os aposentados de todo o Brasil, em particular os da Caixa, merecem todo o nosso respeito e toda a nossa gratidão”.

Sem dúvida, a comemoração do Dia Nacional dos Aposentados pelas Apcefs foi marcada pela alegria, confraternização e diversão. Os eventos, como resultado da parceria da FenaE com as associações afiliadas, aconteceram no Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo (capital e Bauru) e Sergipe.

Desde 2009, quando foram iniciadas as atividades em comemoração do Dia Nacional dos Aposentados no âmbito do movimento associativo dos empregados da Caixa, o propósito de proporcionar bons momentos de integração e lazer tem sido plenamente alcançado, deixando no ar o gostinho de sempre mais. Que venham as próximas edições. <





As razões da **tragédia** da privatização **tucana** para o Brasil

Amauri Ribeiro Júnior

No fim dos anos 1990, a Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa (Fenae) se juntou à Fundação Perseu Abramo para assegurar a preservação da memória e do trabalho do jornalista econômico Aloysio Biondi, autor do livro *O Brasil privatizado – Um balanço do desmonte do Estado* e um dos críticos mais contundentes das privatizações da era FHC. Biondi, aliás, entre o período de 1998 a 2000, foi colaborador assíduo da revista **Fenae Agora**, escrevendo artigos em que denunciava a entrega escandalosa do patrimônio público para a iniciativa privada, como ocorreu com a Vale do Rio Doce, sistema Telebrás, Usiminas, Companhia Siderúrgica Nacional, instituições financeiras e muitas outras empresas lucrativas, símbolos da soberania nacional.

A luta da Fenae, em parceria com outras entidades da sociedade civil, foi determinante para que a ganância privatizante dos tucanos não atingisse empresas como a Caixa Econômica Federal. A Fenae, portanto, esteve à frente dessa indignação cívica em defesa das empresas públicas, participando de um amplo movimento nacional contrário à política de privatizações do governo FHC. E, nesse sentido, patrocinou exemplares do livro de Aloysio Biondi, para que a sociedade conhecesse os efeitos do

receituário neoliberal e lutasse para evitar que o patrimônio público fosse dilapidado.

Esse legado, com certeza, serviu de fonte de inspiração para o jornalista Amaury Ribeiro Jr. escrever o livro-reportagem *A Privataria Tucana*, que mostra como pessoas ligadas ao governo tucano enriqueceram muito com as privatizações.

Nesta entrevista exclusiva a **Fenae Agora**, feita em coautoria com a assessoria de comunicação do Sindicato dos Bancários do Pará, sobretudo o jornalista Allan Tomaz Cardoso, Amaury Ribeiro revela que as privatizações levadas a cabo no ninho tucano foram uma opção política que empobreceu o Brasil. O então ministro de Planejamento, José Serra, foi um dos principais condutores de todo esse processo. Confira.

FA – Que balanço geral poderá ser feito do processo de privatizações desencadeado pelo governo Fernando Henrique Cardoso? E quem era o guardião daquele Programa Nacional de Desestatização?

Amaury Ribeiro Jr. – O balanço desse processo é que as privatizações realizadas durante os governos de FHC foram uma tragédia total e

serviram para enriquecer pessoas do próprio partido do presidente. E ficou comprovado que essas privatizações não trouxeram as melhorias que foram prometidas ao povo brasileiro para a educação, a saúde, a segurança pública etc. Aqui no Pará, por exemplo, a venda da Companhia de Energia Elétrica do Pará (Celpa) não conseguiu cumprir as melhorias com a qualidade do serviço nem com o barateamento do preço da energia consumida. A mesma coisa ocorreu em São Paulo, com a venda da Companhia Elétrica de São Paulo.

E o guardião do Programa Nacional de Desestatização foi quem mais enriqueceu com a venda das estatais brasileiras, e chama-se Ricardo Sérgio de Oliveira, que era o ex-tesoureiro de campanha do PSDB e o articulador dos consórcios de empresas que participaram das licitações de privatizações, e o livro mostra que ele ganhou propina dessas empresas que venceram nos processos de licitações.

FA – Que prejuízos, na sua opinião, o país teve de arcar com a venda desenfreada de estatais para a iniciativa privada, durante a década de 1990?

Amaury – Primeiro prejuízo que o país teve foi o roubo do dinheiro público, com pessoas enriquecendo com propina pela venda de estatais. Segundo, foi a venda dessas empresas por preços bem aquém do que realmente elas valiam. E terceiro foi a transferência desse rico patrimônio público para o setor privado.

Veja o prejuízo que foi para o Pará a venda da Companhia Vale do Rio Doce, por exemplo, que continua fraudando seus balanços para não pagar os royalties dos municípios, mandando esses balanços para suas empresas subsidiárias no exterior e subfaturando esses balanços para pagar menos royalties aos municípios. Isso causa prejuízo aqui para o estado.

FA – Se a ordem era “vender tudo que fosse possível”, sob o governo de FHC, o que explica o fato de instituições financeiras públicas como a Caixa Econômica Federal e o BB não terem sido privatizadas?

Amaury – Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil não foram vendidos por conta da mobilização do movimento sindical bancário, e a mobilização sindical também foi importante para que a Petrobras não fosse privatizada. Se não fosse a ação popular,

dos sindicatos, dos movimentos sociais, eles teriam vendido todas essas empresas.

FA – Como você avalia o prejuízo das privatizações tucanas do governo FHC para as regiões brasileiras?

Amaury – A gente vê que a privatização dos tucanos para as regiões brasileiras foi muito ruim, tendo em vista que essas regiões são muito ricas em recursos minerais, energéticos etc., e as empresas nacionais que faziam a exploração desses recursos foram entregues para o setor privado. Ou seja, a população viu seu patrimônio ser arrancado e as empresas que assumiram a exploração desses recursos passaram a cobrar tarifas exorbitantes, como no setor elétrico, se negam a pagar os direitos empregatícios dos trabalhadores, e hoje continuamos a ver essa onda de privatizações no país em um novo formato, que são as PPPs (Parceiras Público e Privadas), que atualmente se tornou um fenômeno nacional. Em todo local do Brasil que eu vou, vejo o mesmo temor em relação a essa política de PPPs, que os governos estaduais também tentam implementar.

FA – Embora os meios de comunicação tenham negado repercussão ao livro-reportagem *A Privatária Tucana*, a obra tornou-se fenômeno editorial por intermédio das redes sociais. O que você tem a falar sobre isso?

Amaury – As redes sociais são hoje uma realidade com grande potencial para furar os bloqueios que a grande mídia tenta impor. Foram as redes sociais que fizeram meu livro “bombar” em todo o país, e continua “bombando” porque traz fatos à tona e também pelo medo, pelo temor, que o povo brasileiro tem em relação às privatizações. Muitos trabalhadores foram vítimas da privatária tucana e até hoje sofrem as consequências desse processo, por isso a população tem esse temor tão grande quando se fala em privatização. Então, esse é um assunto que atinge as pessoas, não por se tratar de um debate sobre macroeconomia ou discurso contra o neoliberalismo, mas é uma discussão que atinge diretamente a vida das pessoas, e isso é o que eu tenho percebido no país inteiro. Portanto, o tema das privatizações não é qualquer assunto, não é brincadeira, e é por isso que o livro tem feito tanto sucesso pelas redes sociais e fora delas. ◀



Copa do Mundo e Olimpíadas: o que está em **jogo nas cidades**

O Brasil vai sediar a Copa do Mundo em 2014 e as Olimpíadas em 2016 e as obras de infraestrutura para receber esses dois grandes eventos já se iniciaram. Por um lado, os megaeventos trazem a expectativa de desenvolvimento e geração de empregos pelo turismo, pelos negócios e serviços que vão movimentar a economia do país, entre outros benefícios. Por outro lado, estão em jogo também relações sociais extremamente delicadas: remoção de famílias, aumento do preço dos imóveis nas regiões próximas às obras e precarização do trabalho já são problemas concretos. A preocupação quanto à transparência nas licitações de serviços que essas obras demandam também é cada vez mais crescente

Déficit habitacional

A Copa do Mundo e as Olimpíadas não vão acontecer num jogo de regras neutras: o Brasil tem um déficit habitacional estimado em 5,545 milhões de domicílios, de acordo com o levantamento do Ministério das Cidades feito em 2008. O país passou mais de vinte anos sem ter uma política real de habitação, de garantia da casa própria para a sua população. O esforço para saldar essa dívida histórica foi retomado com obras dos recentes governos petistas de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, com o programa Minha Casa, Minha Vida e os diversos Programas de Aceleração de Desenvolvimento (PAC).

A assistente social Tânia Godói Diniz, representante do Conselho Federal de Serviço Social no Fórum Nacional da Reforma Urbana (FNRU), defende que esses programas são importantes, porém insuficientes. Ao mesmo tempo, explica que o país já tem um conjunto de dispositivos legais que, se aplicados, ajudariam a reduzir o déficit habitacional. **“Falta vontade política nos municípios, estados e governo federal para fazer valer o Estatuto das Cidades e o Plano Nacional de Habitação por Interesse Social (PNHIS)”**, avalia Tânia.

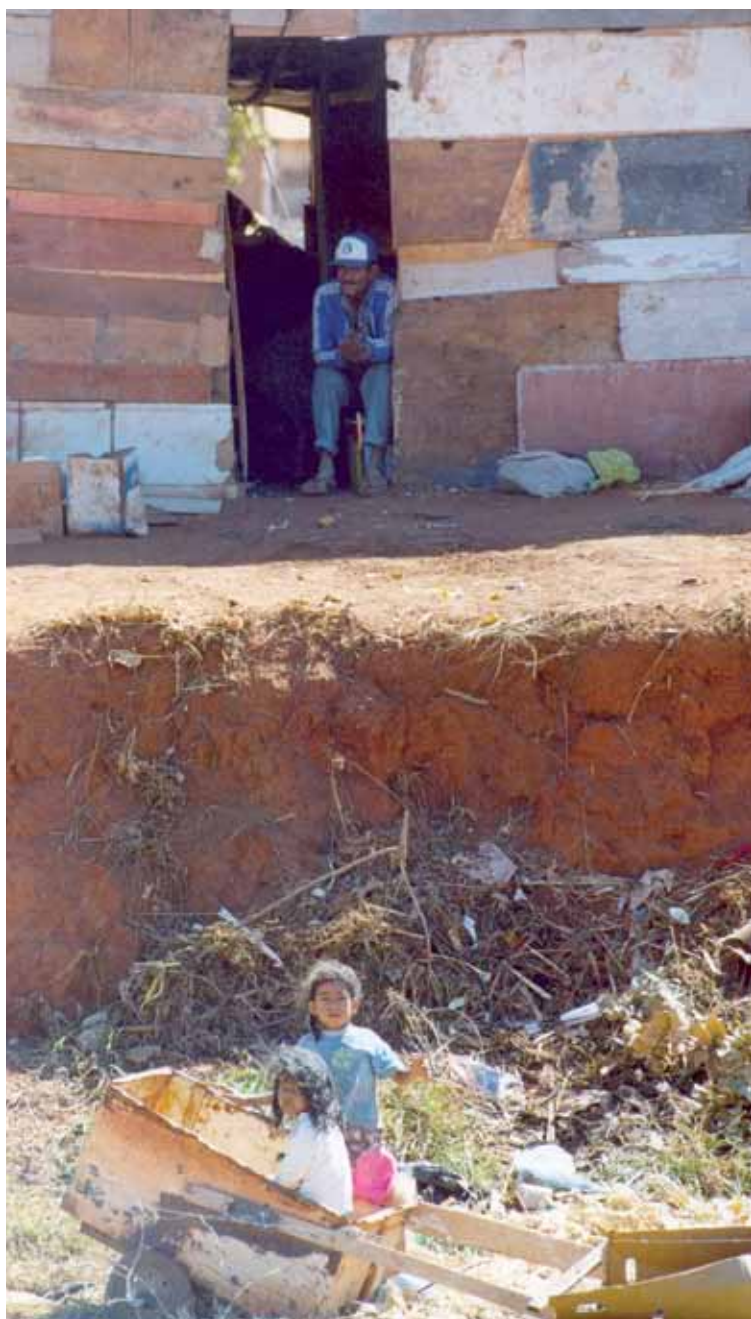
Tânia Diniz destaca que o PNHIS foi construído com a participação dos movimentos sociais e levou em consideração projeções de desdobramentos das famílias, aproveitamento de prédios públicos, e uma série de recursos que estão disponíveis para os governantes de todas as esferas como IPTU Progressivo (pressiona proprietários a cumprirem a função social de seus imóveis), Usucapião Especial Urbana (garante a segurança da posse em áreas irregulares), entre outros.

Megaeventos

Com a chegada dos megaeventos esportivos, essas políticas previstas no Estatuto das Cidades e no PNHIS se fazem ainda mais necessárias. O representante da União Nacional por Moradia Popular, Benedito Roberto Barbosa, o Dito, informa que os impactos no déficit habitacional serão grandes: **“Até 2014, estima-se que serão removidas ou deslocadas cerca de 70 a 80 mil famílias por conta desses megaeventos esportivos – essas pessoas acabam sendo levadas para as periferias, em locais com**

pouca infraestrutura urbana, de pouco ou nenhum acesso a escola, hospitais, transporte público...”.

O assessor jurídico da organização não-governamental Terra de Direitos, Thiago Hoshino, defende que essas populações atingidas negativamente pela Copa poderiam ser beneficiadas se, em vez de removê-las para as periferias distantes, as ações para a Copa do Mundo e as Olimpíadas envolvessem a urbanização desses espaços, com regularização fundiária e implantação de equipamentos públicos que beneficiassem a comunidade e a incentivassem a participar de forma saudável e produtiva dos eventos.



Mobilidade Urbana

Em relação aos impactos dos megaeventos na mobilidade urbana, Thiago Hoshino avalia: **“Os projetos de mobilidade são emblemáticos, pois não dialogam de fato com as demandas locais. As grandes vias que estão sendo planejadas e os novos modais de transporte público atendem à lógica do turismo, conectando áreas já integradas e de histórica concentração de investimentos. E, não raro, seu traçado é desenhado para atingir intencionalmente comunidades pobres, desalojando moradores de décadas, como é o caso do VLT em Fortaleza, questionado inclusive judicialmente pela Defensoria Pública do Ceará”**

Trabalhadores

A situação dos trabalhadores também está em disputa: os profissionais contratados para as obras de infraestrutura, vendedores ambulantes e outras categorias profissionais serão atingidas. A Lei Geral da Copa, ainda em tramitação, está prevendo, entre outras mudanças, alterações no direito de greve. Para defender os trabalhadores, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) tem atuado em três frentes: na elaboração e aprovação do Acordo Nacional da Indústria da Construção

Civil; na inclusão de emendas no projeto de Lei Geral da Copa e na mobilização.

A CUT está reivindicando, entre outras coisas, a garantia do pleno direito do exercício de greve, a inclusão de uma campanha pelo trabalho decente no Brasil nos materiais de divulgação da competição, a fiscalização e punição para patrocinadores ou fornecedores que usem trabalho escravo ou infantil em suas cadeias produtivas e que o trabalho voluntário, que a Fifa quer incluir na Copa, não substitua empregos ou precarize as condições de trabalho.

Mudanças na legislação

A Lei Geral da Copa, que está tramitando no Congresso, não é a única que vem sendo alvo de questionamentos. O governo federal sancionou a Lei nº 12.462 de 2011 que instituiu o Regime Diferenciado das Contratações (RDC), com o objetivo de dar mais rapidez para as obras dos megaeventos. O mestre em direito administrativo Augusto Neves Dal Pozzo explica que, a rigor, essa lei não precisaria ser criada. “As inovações trazidas pelo RDC referem-se principalmente ao chamado orçamento sigiloso, a contratação integrada e a fase de negociações que se sobressaem em relação ao regime geral – nesses pontos, questões jurídicas intrincadas poderão surgir.”





A lógica economicista: concentração de recursos

De acordo com Thiago Hoshimino, está comprovada, indiretamente, a ocorrência de enorme aumento do custo de moradia antes, durante e após os megaeventos (em Barcelona o índice médio foi de 131%), o que significa a elitização dos espaços e a expulsão de moradores mais pobres. Ele lembra que o ano de 2012 começou com um corte de quase 50 bilhões no orçamento da União para políticas sociais. Alguns meses depois a Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (a ABDIB), parceira da CBF e do Ministério do Esporte, anunciou seu cálculo para o custo geral do Mundial: R\$112 bilhões. Por sua vez, consta oficialmente no Portal da Transparência do governo federal, que menos de 2% das verbas vêm da iniciativa privada.

A concentração de recursos para megaeventos não é um privilégio brasileiro. A arquiteta e urbanista Raquel Rolnik, registrou, em artigo divulgado em seu blog na internet, que, de fato, em quase todas as cidades onde estão ocorrendo intervenções urbanas vinculadas à Copa do Mundo estão ocorrendo ou estão previstas remoções. De acordo com Rolnik, “essas remoções representam a transferência de ativos sob a posse de grupos e classes populares (muitas das quais morando em áreas com situação fundiária irregular) para outros agentes econômicos e sociais que vão comprar e se apropriar desses ativos valorizados. Em geral, essas remoções têm ocorrido desrespeitando-se os direitos coletivos das famílias e comunidades moradoras das áreas de intervenção”.

O vice-presidente da Fenae, Jair Ferreira, que é representante dos trabalhadores no Conselho das Cidades, avalia que é possível conciliar megaeventos



e desenvolvimento social. **“Os investimentos em grandes obras não podem servir para aumentar a exclusão da população de baixa renda das cidades. Nós queremos que a população possa ter o direito de morar dignamente, em locais com postos de saúde, escola, praças e infraestrutura urbana adequada.”**

Para se ter uma ideia, o Fundo Nacional de Habitação por Interesse Social (FNHIS) aplicou, de 2005 até 2011, cerca de R\$ 3,4 bilhões na construção de casas, aquisições de terrenos e outras ações definidas na lei. Só no ano de 2011 foram empenhados R\$ 498 milhões dos R\$ 556 milhões previstos. O Ministério das Cidades é o gestor do FNHIS, cabendo à Caixa a função de agente operador. Jair Ferreira avalia: **“se levarmos em consideração o alto déficit habitacional, os recursos ainda são pequenos. Precisamos lutar por mais investimentos, principalmente para fortalecer o papel da Caixa como instituição pública a serviço do país e de sua população, sobretudo a mais carente”.**



Manifestação de integrantes do Fórum Nacional de Reforma Urbana no Ministério das Cidades

Movimentos populares reagem

Nas 12 cidades-sedes dos jogos, já foram criados Comitês Populares, formados por movimentos sociais, universidades e organizações para mobilizar a população, fazer denúncias e reivindicar. Os movimentos sociais organizados estão cobrando em todos os níveis de governo – municipal, estadual e federal – em resumo, o respeito à legalidade em todas as suas ações. O direito à moradia é o principal deles, mas inclui também direitos trabalhistas, a transparência na utilização dos recursos, entre outros.

O juiz de direito Marcelo Semer avalia: “Como já sabemos, o direito à moradia é solenemente ignorado, em todas as escalas, inclusive infelizmente no Judiciário, em preferência ao direito de propriedade.” Ele acredita que é possível conciliar obras para a Copa com moradia popular, mas reconhece que a maioria dos recursos vai para estádios, obras de transporte que obedecem a outra lógica.

Em artigo publicado no portal Agência Carta Maior, a urbanista Ermínia Maricato resume a questão: **“O modelo é contra os pobres que estão longe de constituírem minoria em nossa sociedade (...) Tudo isso é óbvio. O que não parece ser óbvio é que, em última instância, como diria Althusser, a determinação disso tudo é econômica. A centralidade é a produção do espaço urbano, e a mola propulsora, a renda imobiliária. E depois dizem que Marx está morto.”**◀

Saiba mais

Fórum Nacional de Reforma Urbana – www.forumreformaurbana.org.br

Portal Popular da Copa – www.portalpopulardacopa.org

Blog do Marcelo Semer – blog-sem-juizo.blogspot.com

Blog da Raquel Rolnik – raquelrolnik.wordpress.com

Terra de Direitos – terradedireitos.org.br

Livro “Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC (Lei nº 12.462/11) - Aspectos fundamentais” –

Editora Fórum – Autores: Márcio Camarrosano, Augusto Neves Dal Pozzo e Rafael Valim.

Circuito Cultural tem **novos concursos** em 2012



A Fenae promove mudanças no Circuito Cultural em 2012. O número de concursos foi reduzido à metade com a junção de algumas categorias, como aquarela com óleo e acrílico. Outra novidade é que a Música Fenae passa a fazer parte do Circuito. Neste novo formato passam a ser realizados os seguintes concursos: Texto/Redação, Pintura, Poesia/Causos, Ilustração, Foto, Desenho Infantil e Música. Essa alteração visa aumentar as oportunidades de participação, ampliando os intervalos entre os concursos.

O Circuito Cultural foi criado em 2005 visando incentivar e divulgar os talentos artísticos dos empregados da Caixa. Além de ter os trabalhos divulgados nos veículos de comunicação da Fenae, os participantes disputam prêmios em pontos do Mundo Caixa.

As participações no Circuito em 2012 já foram deflagradas com o concurso Texto/Redação, que tem como tema "Mulheres Vencedoras". As inscrições ficam abertas até 5 de abril.

Para aprimorar esse processo de renovação, a Fenae realizou enquete para saber o que os empregados da Caixa mais gostavam no Circuito Cultural.

Acompanhe os concursos acessando o portal www.fenae.org.br, seção Circuito Cultural.<



Circuito Cultural Fenae 2012





Hora de **aprimorar** e **consolidar** conquistas

Representações dos empregados cobram agilidade na contratação de novos empregados, reivindicam abertura de mais agências e buscam aperfeiçoamento da promoção por mérito

Na primeira rodada das negociações permanentes de 2012, realizada em 10 de fevereiro, as representações dos empregados debateram com a Caixa o modelo de Ret/PV e cobraram agilidade na contratação de mais empregados, conforme determina o acordo coletivo firmado na última campanha salarial.

Para fazer frente à concentração e ao crescimento da carga de trabalho nas unidades de ponta, sobretudo nas dos grandes centros e aglomerados urbanos, os bancários enfatizaram também a necessidade de expansão da rede de agências. Trataram ainda do processo eleitoral para a escolha de representante dos empregados para o Conselho de Administração da empresa.

Pela cláusula 48 do acordo coletivo 2011/2012, a Caixa se compromete a ampliar o seu quadro de pessoal em, no mínimo, cinco mil empregados, até 31 de dezembro de 2012. No final de janeiro deste ano, o quadro da empresa registrou 85.862 empregados. “É preciso que a Caixa chegue ao final do ano com, no mínimo, 92 mil empregados,

porque também os postos vagos por desligamentos também devem ser providos”, ressalta Jair Pedro Ferreira, coordenador da CEE/Caixa e vice-presidente da Fenaé.

Desde 2007, quando foi lançada pela Fenaé, Contraf/CUT, Apcefs e sindicatos a campanha “Mais empregados para a Caixa – Mais Caixa para o Brasil”, o movimento associativo e sindical defende que seja de 100 mil o número mínimo de empregados do quadro próprio da Caixa. “Ao longo desses anos, a Caixa sustentou a expansão dos programas sociais sem uma política correspondente de contratação de mão de obra, o que levou à situação insustentável que temos hoje”, enfatiza Jair Pedro.

A alegação de impedimento dos órgãos governamentais à contratação, sempre utilizada pela empresa, atualmente está descartada. Em outubro do ano passado, o Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Dest) divulgou portaria autorizando a Caixa a elevar seu quadro de pessoal próprio para até 99.024 empregados, e a gerenciá-lo com reposição de bancários desligados.

Eleição de conselheiro

O encaminhamento do processo eleitoral para a escolha de representantes dos empregados para o Conselho de Administração é outro assunto que depende exclusivamente de iniciativa da empresa. A lei federal que assegura a representação dos trabalhadores nos conselhos das empresas públicas foi sancionada pelo presidente Lula em dezembro de 2010, e regulamentada pela presidenta Dilma em março de 2011. Cabe à Caixa organizar a eleição em conjunto com a representação sindical os empregados. Para Jair Pedro, “trata-se de uma conquista histórica, cuja implementação não pode ser mais protelada no âmbito da empresa”.

Promoção por mérito

Os meses de janeiro e fevereiro foram dedicados à avaliação do corpo funcional da Caixa, visando a promoção por mérito de 2012 (ano-base 2011). Os dados finais do processo estão sendo levantados pela comissão composta por representantes da empresa e

dos empregados. Essa comissão se reunirá no mês de março para fechamento das regras para a avaliação referente ao ano-base 2012 e promoção em 2013.

Os representantes dos empregados consideram que o processo pode ser permanentemente aperfeiçoado. Inovações em discussão com a empresa envolvem a trilha da Universidade Caixa, para modificação ou inclusão de itens, com possibilidade de alteração do peso atribuído a essa forma de avaliação. “A Universidade Caixa é uma boa ferramenta de avaliação e é importante que sua trilha seja a mais adequada possível”, diz Antonio Luiz Fermino, um dos representantes dos empregados na comissão.

Discute-se também mudanças na descrição dos critérios subjetivos. Segundo Fermino, o objetivo é “facilitar a compreensão do bancário sobre a dinâmica da avaliação, para que ele seja envolvido de forma mais efetiva no processo”.

A promoção por mérito foi restabelecida na Caixa em 2008, após forte mobilização dos empregados por um novo Plano de Cargos e Salários (PCS) e pelo resgate de direitos que vinham sendo sonogados pela empresa. <





Associados da Funcef **elegem** conselheiros em **maio**

O correrá de 7 a 11 de maio a eleição que irá renovar mandatos nos conselhos Deliberativo e Fiscal da Funcef. Será preenchida uma vaga de titular e respectivo suplente em cada uma dessas instâncias.

O processo eleitoral envolve todos os participantes da Funcef, sejam empregados da ativa na Caixa, aposentados ou pensionistas. “Trata-se de mais um importante momento para se aprofundar a democracia e realçar a transparência nos órgãos de gestão da Funcef, por meio da participação dos associados”, salienta Fabiana Matheus, a integrante eleita do Conselho Deliberativo cujo mandato se encerra em junho deste ano.

A Comissão Eleitoral foi instalada em 15 de fevereiro, e a divulgação do edital deu-se no dia 16. O período para inscrição de chapas foi fixado entre 27 de fevereiro e 9 de março. A votação acontece de 7 a 11 de maio. Em 1º de junho será a posse dos eleitos.

A Comissão Eleitoral é integrada por Ely Custódio Freire, Orlando César Gasparino Vieira e Edilson Barbosa Veloso, indicados pelos conselheiros eleitos; por Geraldo Aparecido da Silva, indicação da Funcef; e por Vanderlei Lopes Gomes, indicação da Caixa. As chapas inscritas indicarão um representante cada. A coordenação ficará a cargo de Ely Freire.

Para Fabiana Matheus, “as eleições na Funcef são sempre um chamamento à reflexão sobre como e com que eficiência e segurança estão sendo geridos os recursos com os quais contamos para a nossa aposentadoria”. A conselheira considera

“imprescindível” que o associado busque se inteirar dos assuntos que estarão em debate no processo eleitoral e não deixe de se manifestar pelo voto. “É assim que vamos fortalecer a nossa Fundação e garantir um futuro melhor para todos nós”, diz ela

Entidades querem todos na Funcef

A Fena e as demais entidades associativas e sindicais dos empregados da Caixa têm a Previdência Complementar como um dos mais importantes instrumentos da garantia de maior segurança e bem-estar do bancário e da bancária, cujos benefícios começam a se materializar desde o ingresso na empresa, evoluindo com o passar do tempo.

Para as representações dos trabalhadores, é importante que essa percepção da enorme vantagem de se estar associado ao fundo de pensão seja assimilada por todos, o quanto antes. “Quanto mais cedo ocorrer o despertar para a vantagem de se tornar participante Funcef, melhor, mas também nunca é tarde para iniciar a formação de uma reserva por meio do plano de benefício oferecido pela nossa Fundação”, diz a diretora de Administração e Finanças da Fena e conselheira eleita da Funcef, Fabiana Matheus.

A Funcef é o terceiro maior fundo de pensão do país, com patrimônio da ordem de R\$ 45 bilhões. Conta atualmente com mais de 116 mil participantes, incluindo empregados em atividade na Caixa,



aposentados e pensionistas. Eram 88,7 mil em 2007.

Entre os 85,8 mil empregados em atividade na Caixa, há ainda cerca de 4.400 que não se associaram. A meta estabelecida no Planejamento Estratégico da Funcef é elevar o percentual de associados dos atuais 95% para 98%, até 2013.

O Novo Plano da Fundação, único aberto a novas adesões, conta hoje com mais de 40 mil participantes. É uma importante conquista dos empregados da Caixa, resultado de um prolongado processo de negociação entre entidades sindicais e associativas, Funcef e patrocinadora.

Entre as inúmeras vantagens do Novo Plano destaca-se a contribuição paritária ente o participante e a patrocinadora, a Caixa. Ou seja, o associado decide quanto deseja creditar para garantir uma renda complementar durante a aposentadoria e a empresa contribui com a mesma quantia, desde que limitado a 12% do salário de participação. Isso equivale a dizer que, todo mês, para cada real que o associado deposita, a Caixa contribui com mais um real. Ou seja, de saída, o rendimento do participante é de 100%.

No Novo Plano é permitido ao associado resgatar o total do saldo de conta registrado em seu nome, em caso de rescisão do contrato de trabalho com a Caixa. Ou seja, é possível sacar o que ele mesmo contribuiu e o que a patrocinadora depositou. Se o empregado optar por não resgatar, pode utilizar o instituto da portabilidade no qual é possível transferir a poupança previdenciária para outro fundo de pensão.

Além da renda vitalícia na aposentadoria, os associados ao Novo Plano poderão dispor também de benefícios de risco (invalidez ou pensão por morte).

No ato da concessão do benefício, o associado pode optar pela antecipação de até 10% do total do saldo de conta. O benefício é corrigido anualmente pelo INPC e é assegurado a dependentes de até 24 anos.

Campanhas

Como desdobramento do acordo firmado com a Caixa na campanha salarial 2011, a Fenae e a Contraf/CUT lançaram em parceria com a empresa e a Funcef a campanha “Um convite a um futuro seguro”, por mais adesões ao Novo Plano da Fundação, único aberto a novos participantes.

A Fenae e a Contraf/CUT respaldam também a iniciativa tomada a partir de janeiro pela Funcef com slogan “Dobre as chances de ter um futuro tranquilo”, em busca da adesão ao Novo Plano dos cerca de 4.400 empregados da Caixa que ainda não são participantes da Funcef.

Para se inscrever no Novo Plano, o bancário deve acessar o hot-site www.funcef.com.br/adesao.

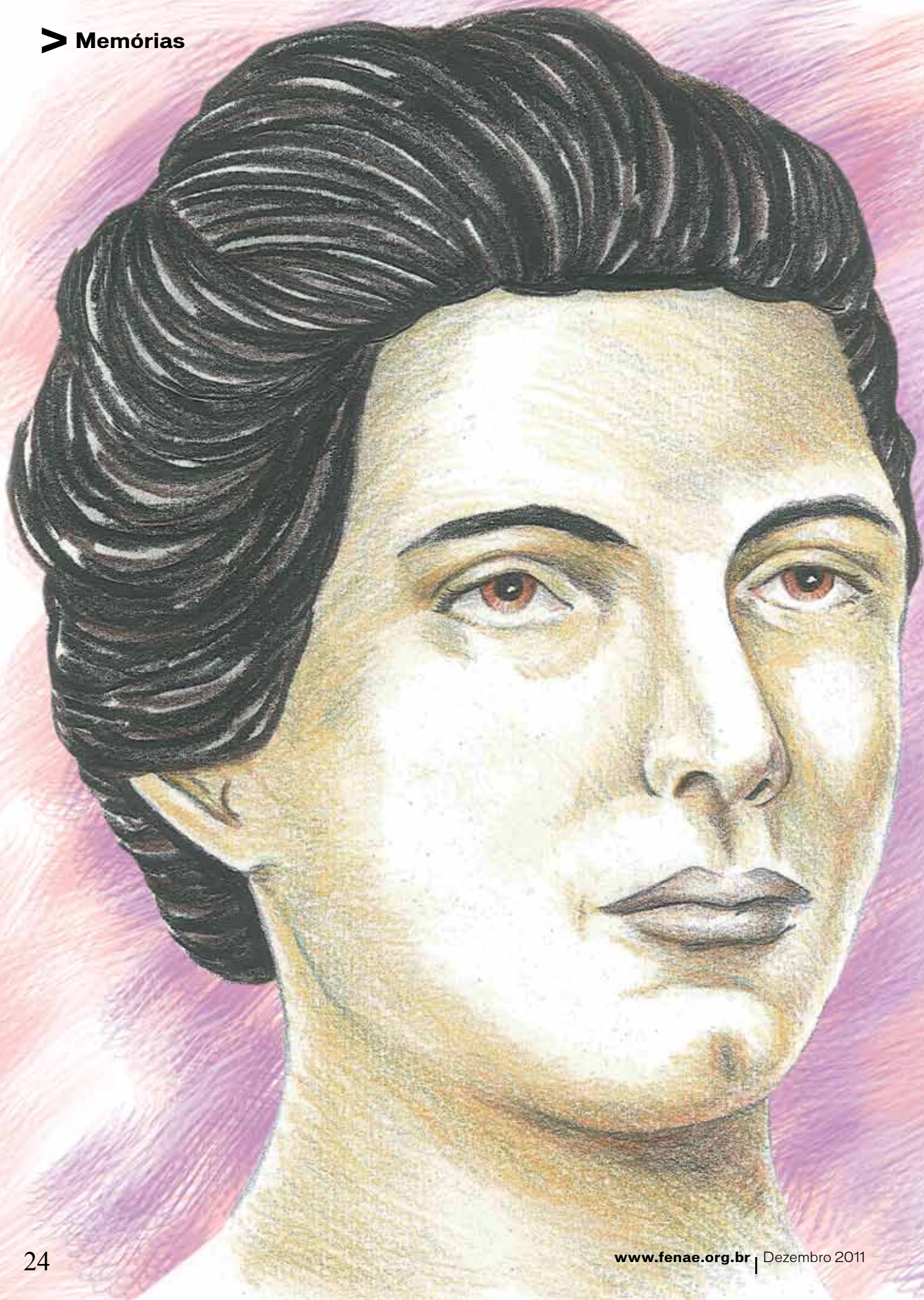
Incorporação do REB

Em busca de solução para o processo de incorporação do REB ao Novo Plano, que está em discussão desde o saldamento do REG/Replan, em 2006, a Fenae e representantes eleitos se reuniram com as assessorias atuarial e jurídica, no último dia 29 de fevereiro.

A incorporação foi aprovada em 2009 no âmbito da Funcef e da Caixa, mas está desde o início de 2010 em apreciação nos órgãos governamentais de controle.

A informação dos representantes da Caixa no Conselho Deliberativo da Funcef é de que a conclusão do processo segue pendente de manifestação do Ministério da Fazenda.

“Esse assunto exige mais responsabilidade por parte de quem está incumbido de se pronunciar sobre ele. É preciso que entendam a urgência em solucioná-lo”, ressalta o presidente da Fenae, Pedro Eugenio Leite.◀



Leolinda Daltro: pioneira da luta pelo voto feminino no Brasil

Há 80 anos, a mulher brasileira conquistava o direito de votar, mas com restrições. O sufrágio era assegurado somente às solteiras ou viúvas (com renda própria), ou àquelas que tivessem autorização do marido. Essa situação só mudou dois anos depois, com alterações no Código Eleitoral que derrubaram as discriminações. Em 1946, o voto tornou-se obrigatório para mulheres

A conquista do voto, mesmo parcial, em 1932, só foi possível com a mobilização de um grupo de mulheres que teve como sua portavoza a professora Leolinda Daltro Figueiredo. Não se sabe muito sobre a vida pessoal desta brasileira que enfrentou com ousadia as discriminações impostas às mulheres, no Brasil do século XIX. Sabe-se que nasceu na Bahia, foi criada por uma avó e era descendente de Tupis e Timbiras. Teve cinco filhos e viveu a maior parte da sua vida no Rio de Janeiro.

A militância política de Leolinda teve duas frentes. A primeira foi defender os direitos dos indígenas e sua inserção na sociedade, respeitando suas especificidades culturais. Alheia à pressão social, iniciou em 1896 peregrinação pelo interior do país com o objetivo de promover a alfabetização dos índios. Foi hostilizada e ridicularizada por vários setores da sociedade, especialmente a imprensa.

“Mulher do Diabo”, assim Leolinda foi chamada durante sua passagem por Uberaba (MG). As críticas e perseguições não a intimidaram e ela percorreu o sertão durante quatro anos. A causa indigenista foi tema do seu livro “Da Catequese dos Índios do Brasil”.

A partir de 1910, passa a se dedicar à causa em defesa da cidadania plena para as mulheres. Fundou em dezembro daquele ano o Partido Republicano Feminino, com objetivo de mobilizar as mulheres na luta pelo direito ao voto.

Leolinda e suas companheiras de militância travaram uma luta árdua. Em 1917, elas conseguiram, de forma inédita, reunir cerca de 90 mulheres numa marcha pelas ruas do centro do Rio, chocando políticos e a sociedade carioca.

Em 1919, Leolinda lançou-se candidata à Intendência Municipal do Distrito Federal, mas não foi eleita. Durante os anos 1920, começou a se afastar da luta política e dedicar-se ao trabalho como educadora, área onde também deixou sua marca inovadora, propondo novos métodos de ensino com formação mais humanista.

Em fevereiro de 1932, quando foi promulgado o Código Eleitoral Provisório (previa o voto restrito para mulheres), Leolinda declarou que morreria feliz, por considerar essa conquista, mesmo parcial, uma vitória do movimento pela emancipação política da mulher.

Três anos depois, o Brasil perderia, num acidente de automóvel, uma das precursoras do movimento feminista no país.◀

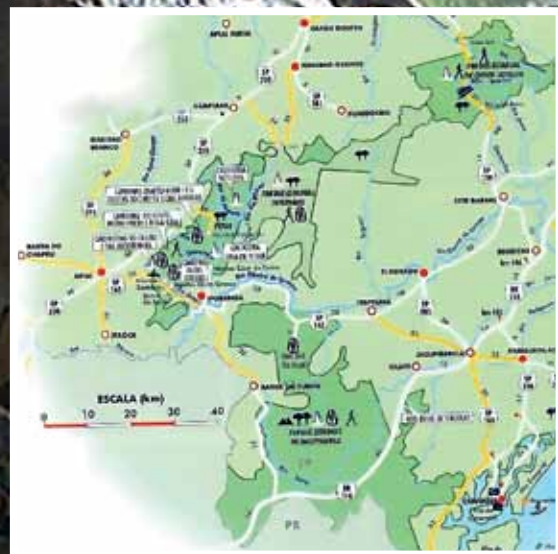
Fontes: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), *A mulher e a Constituinte*; O Globo, 8/12/81; Ilustração Brasileira, nº 38, junho de 1935; Jornal do Brasil, 26/9/1918 e 03/10/1918; June Hahner, *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas*; Mulher: *Opinião feminina organizada*, maio/junho, 1935; S. Besse, *Restructuring patriarchy. Entre a pena e a espada: a trajetória de Leolinda Daltro (1859-1935)*- patriotismo, indigenismo e feminismo, Norma Telles.

Mundo **subterrâneo** de **Petar**, o parque das **cavernas** em São Paulo

Um paraíso escondido entre vales e montanhas se localiza no sul do estado de São Paulo, entre as cidades de Apiaí e Iporanga, e abriga a maior porção de Mata Atlântica preservada do Brasil. Assim é o Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (Petar), com mais de 300 cavernas, centenas de cachoeiras, trilhas, comunidades tradicionais e quilombolas, além de sítios arqueológicos e paleontológicos.

Em 1958, decreto do governo paulista criou o Petar. Esse parque possui 35 mil hectares de Mata Atlântica e, hoje, é um dos locais mais procurados para a prática de esportes radicais como rapel, bóia cross, cascading e bike. A região também é conhecida por ser palco de atividades nas áreas de educação ambiental e fotografia da natureza. Porém, o que mais atrai os visitantes são as cavernas, estando as mais conhecidas localizadas em quatro núcleos de visitação: Santana, Caboclos, Casa de Pedra e Ouro Grosso.

Atração à parte, as cavernas do Petar oferecem vários níveis de desafios. Há desde aquelas com rios extensos, abrigando áreas para escaladas, mergulhos e rapéis, até as com estruturas turísticas, como escadas, passarelas e pontes. Apenas 12 delas estão abertas à visitação, sempre de terça-feira a





domingo, das 8 às 17 horas. Só é possível fazer o passeio, no entanto, com monitor local. Para a visita às cavernas, o uso de lanterna, calça até o tornozelo e camiseta são imprescindíveis. Mas o principal, nesse caso, é uma boa dose de energia e animação.

Para melhor aproveitar o Petar, a recomendação é que a visita seja feita fora da época de chuvas. Existem duas maneiras de chegar lá a partir de São Paulo: pela Castelo Branco (SP-280) ou pela Régis Bittencourt (BR-116), sendo que esta última é o acesso usado também por quem parte do sul do país. <



Foto: Jony Cunha

Foto: Danilo Martines Duarte



Jogos da
FENAE
Vitória 2012

Novos critérios para inscrição de atletas

Os Jogos da Fenaé 2012 se aproximam, e os empregados da Caixa que pretendem participar do evento, mas não são associados a nenhuma das 27 Apcef's, têm até 31 de março para associar-se. Este é um dos pré-requisitos para participar do evento. Esta décima edição dos jogos acontecerá com novidades nos regulamentos geral e técnico.

Uma delas é que as associações poderão inscrever os atletas sem relacioná-los a uma modalidade específica. Dessa forma, o atleta inscrito estará habilitado a participar de todas as modalidades. A medida tem por objetivo facilitar as substituições nos casos de emergência.

Pelo novo regulamento, o atleta que for associado a mais de uma Apcef poderá escolher, entre as que estiver associado, qual Associação ele vai representar nos Jogos. Com isso, acaba a obrigatoriedade de jogar pelo local de lotação, como estava ocorrendo nas edições anteriores.

As alterações nos regulamentos foram elaboradas pela Comissão Técnica dos Jogos,





baseada em sugestões enviadas pelas Apcefs de todo o país. Depois, foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo Nacional da FenaE, em dezembro do ano passado.

Outra mudança importante aconteceu na regra do WO. A equipe ou atleta que causar WO será afastada da modalidade em questão e os seus resultados na fase serão zerados pelo escore mínimo. A proposta do novo regulamento é que, além dessa punição, a Apcef seja suspensa da modalidade na edição seguinte dos jogos.

No atletismo, foi criada nova modalidade: a corrida de 1.500 metros livres. Foram alteradas as faixas etárias das categorias das corridas de 5 mil e 10 mil metros. Na modalidade revezamento 4x100 metros livres, houve mudança para incluir, obrigatoriamente, dois atletas nascidos até o dia 31 de dezembro de 1972. A inclusão de um atleta nessa condição também está prevista na modalidade tênis de duplas. <

Pontuação

Houve alteração na contagem dos pontos visando valorizar os jogos coletivos que estavam registrando menos pontos proporcionalmente do que as modalidades individuais e de duplas. A íntegra do regulamento geral dos jogos e os regulamentos técnicos das modalidades estão disponíveis no portal da FenaE: www.fenaE.org.br, na seção Circuito Jogos.

Duas salas para Toshishiko

Na semana em que faria 15 anos, minha mãe disse: “filho, convide os amigos, que a mamãe faz doces, salgados, compra guaranás, e damos uma festinha.”

Chamei uns dez mais chegados – dois deles vizinhos – e, à tardinha de 10 de setembro de 1955, desabou sobre Marília um dos maiores temporais de sua história, que abriu buracões nas ladeiras não-calçadas. Pelas sete, virou leve chuvisco. Oito em ponto chega o primeiro: Toshishiko Mizutani. Morava a dez quarteirões. Primeiro e único. Nem os vizinhos vieram. Meus convivas se resumiram a ele, meus pais e os quatro irmãos. Talento orador, com formação marxista, meu pai fez sala por duas horas. O nissei jamais esqueceria a aula. Assim como eu não esqueceria suas mostras de amizade.

Noutra ocasião, dia de prova de latim, descobri, consternado, que havia deixado em casa o livro de textos – obrigatório ter consigo. O professor, padre Bicudo, tinha vocação para torturador de estudante. Toshishiko mesmo foi vítima: errou uma declinação e ele o obrigou a escrevê-la quinhentas vezes, começando na lousa e indo madrugada afora em casa. Agora, na sabatina, enquanto 44 colegas traduziam uma fábula de Esopo, lágrimas me escorriam pelo rosto sob o olhar impassível do padre, que bem me podia ter emprestado seu livro.

Toshishiko, craque em todas as matérias, fez a prova veloz, na metade do tempo. Levou a tradução à mesa do padre e, ao sair, pôs o livro sobre minha carteira sem dizer palavra. Só deu dois tapinhas na capa, como a dizer: manda ver. O padre não ousou contestar o gesto que me salvou do zero.

Aos 18 anos, findo o colegial, cada um seguiu seu rumo. Nunca mais nos vimos, ele engenheiro eletrônico, eu jornalista. Um viva à amizade, outro à internet. Em janeiro de 2012, alguém posta uma foto minha lançando um livro, Toshishiko posta comentário, minha filha vê, me avisa, e entramos em contato por telefone. Incrível, ele também mora em Florianópolis, para onde veio há três anos. Emocionados, marcamos almoço no Pântano do Sul, no restaurante do Vadinho, melhor comida caseira da ilha. “Chorar não vale”, advertiu ele, premonitório.

Para completar o clima, era aniversário de Lilás, 4 de fevereiro. Chegamos antes e ocupamos a mesa para 12 pessoas. Lá vem Toshishiko com a mulher, Cida, mais o filho caçula e um sobrinho – os dois com nove anos. Nos abraçamos. Um abraço que esperou 54 anos para acontecer.

Descobrimos outra dessas afinidades que confirmam uma amizade: cada qual estava ali com sua gaúcha – Lilás de Santa Maria, Cida de Osório.

Chamei alguns dos nossos mais queridos amigos locais, para fazer uma sala de gala para Toshishiko. Desta vez ninguém faltou. Do reencontro guardo uma frase do descendente de samurais:

“Na nossa idade, a gente conclui que o que fica são as lembranças e as amizades.” <



Amancio Chiodi.

Mylton Severiano
é jornalista e escritor.
myltonseveriano@gmail.com



Hotel-fazenda eleva patrimônio e bem-estar dos **associados** da Apcef/SP

A promoção do bem-estar entre os associados da Apcef/SP recebeu novo e significativo impulso no dia 11 de fevereiro último, data em que foi inaugurado o Hotel-Fazenda de Avaré, às margens da represa Jurumirim, em uma área de 50 mil m²

A inauguração do empreendimento foi marcada por grande festa, com a participação de centenas de associados e dependentes previamente inscritos e sorteados como hóspedes. A cerimônia foi seguida de churrasco, com apresentação ao vivo de músicos locais. Participaram os dirigentes da Fenaé Pedro Eugênio Leite (presidente) e Fabiana Matheus (diretora de Administração e Finanças).

O Hotel-Fazenda de Avaré conta com 36 apartamentos de 36,5 m² cada, com dormitório, copa fria/sala, sacada e banheiro – acomodações para quatro pessoas. Um dos apartamentos é adaptado para atender pessoas com deficiência. A área social inclui sala de leitura e internet, academia e sala de jogos. Entre os equipamentos estão cinco quiosques com churrasqueiras, piscinas adulto e infantil, campo de futebol society e quadra poliesportiva.

Do total, 15 mil m² são de área de preservação permanente, e 10 mil m² de reserva legal, com bioma cerrado, habitat para diversas espécies de aves.

A cidade de Avaré fica no sudoeste paulista e tem cerca de 85 mil habitantes. É conhecida como “Terra da água, do verde e do sol”.

A construção do Hotel-Fazenda de Avaré foi viabilizada por uma sólida parceria entre a Apcef/SP e a Fenaé, estabelecida no final de 2008. O investimento se soma a inúmeros outros, feitos também no Centro Comunitário de Interlagos, na capital, assim como nos hotéis-colônia de Campos do Jordão e de Ubatuba, nas colônias de Salto Grande e de Suarão, na sede de São Paulo e na subsele de Bauru. Desde de 2008, todo o patrimônio da associação passou por melhorias em seus espaços e, sobretudo, por modernização de equipamentos e de mobiliários.

Parte significativa dos recursos demandados pelas obras foi disponibilizada pela Fenaé a juros bem inferiores aos praticados no mercado. Os empréstimos somaram R\$ 5,3 milhões. Outros R\$ 797,5 mil foram destinados pela Federação – R\$ 350,8 mil em 2010, e R\$ 446,6 em 2011 – como parte de sua política de repasse de verbas às associações, visando a recuperar, ampliar e modernizar os equipamentos e os serviços oferecidos pelas entidades aos associados.

“A parceria da nossa Federação com a Apcef/SP é exemplo do que temos feitos em conjunto com as entidades de todos os demais estados, em prol dos nossos associados”, diz o presidente da Fenaé, Pedro Eugênio Leite. <



Movimento Solidário promove o desenvolvimento humano

Com ações para erradicar a miséria e melhorar a qualidade de vida e educação das pessoas, Caraúbas (PI) se aproxima de índices sociais definidos pelas Nações Unidas



Passados cinco anos do início do apoio do Programa Movimento Solidário, coordenado pela Fena e Grupo PAR, Caraúbas do Piauí (PI) comemora melhorias significativas em indicadores sociais que, até 2005, colocavam a cidade como 18º pior IDH do país. Dados do IBGE revelam que Caraúbas apresentou avanços nos índices de desenvolvimento humano, educação e erradicação da miséria próximos aos objetivos das metas do milênio, definidos pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD) e Unicef.

O município tem hoje 49% da população com renda inferior a U\$ 1 dólar por dia. Em 2005, antes da intervenção do Movimento Solidário, o



município registrava 84% da população com renda inferior a este valor. Outro indicador positivo é a redução do índice de mortalidade infantil de crianças de até 5 anos de idade entre mil habitantes, que passou de 19,1 (2006) para 0 em 2010.

O município registrava em 2006, segundo censo do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) taxa de alfabetização de 64%. Em 2010, esse percentual chegou a 85%. Já no município, segundo o IBGE, em 2000, 10,5% das crianças de 7 a 14 anos não estavam cursando o ensino fundamental. A taxa de conclusão, entre jovens de 15 a 17 anos, era de 1,5%, entre os alunos matriculados. Em 2010, o percentual de alfabetização da população de 15 ou mais anos de idade alcançou 56,2%.

Para mudar a realidade do local, o Movimento Solidário desenvolve, desde 2006, ações em parcerias com os governos federal e estadual, como incentivo à associação dos produtores de leite, Aproleite, que beneficia cerca de 100 famílias de pequenos produtores, e ao minipólo de confecções, com o objetivo de revitalizar a atividade industrial do município, gerando empregos e renda com a confecção de roupas e utensílios. <

www.programamovimentosolidario.com.br

Lar das Crianças

O Mundo Caixa realizou, em dezembro de 2011, mais uma campanha para ajudar o Lar das Crianças Nossa Senhora de Graças de Petrópolis (RJ). Todo o dinheiro arrecadado na promoção “Espaço Solidário”, cerca de R\$ 60 mil, serão usados para reformar o berçário da instituição.

A entrega simbólica do cheque aconteceu em 28 de janeiro e contou com a participação de dirigentes e colaboradores do Grupo PAR e do diretor vice-presidente da Fena, Jair Pedro Ferreira. As doações foram feitas por empregados ativos e aposentados da Caixa, Caixa Seguros, Fena e Grupo PAR.

O Lar Nossa Senhora das Graças é um abrigo que atende 58 crianças, de 0 a 17 anos. Com apoio do Programa Movimento Solidário, o prédio da instituição foi reformado e criada uma área de recreação para as crianças.

Mais detalhes você confere em www.programamovimentosolidario.com.br

Perseguição policial na rede

A exemplo da ofensiva contra Julian Assange e o Wikileaks, proliferam nos EUA as ações contra compartilhamento de arquivos. Em janeiro deste ano, com base em um indiciamento no tribunal federal da Virgínia, o FBI solicitou à polícia neo-zelandesa a prisão de sete pessoas ligadas ao site MegaUpload.

Logo após o pedido do FBI, foram presos os fundadores do site, Kim Dotcom e Mathias Ortman. Kim já está solto. Entre os indiciados, estavam não só neo-zelandeses mas alemães, um estoniano, um eslovaco e um holandês.

O caso é singular porque não envolve um único cidadão norte-americano ou hospedagem de site nos EUA. Mesmo assim, o FBI foi capaz de realizar as prisões em território estrangeiro e impor o fechamento.

Entre ativistas online, foi intensa a especulação de que a ofensiva do FBI contra o MegaUpload seria uma possível compensação do governo Obama ao lobby do copyright depois da declaração do presidente contra o Sopa (Stop Online Piracy Act).

O caso MegaUpload está também entre as denúncias do “Mega Não – Diga não ao vigilantismo”.



Sopa e Pipa: atentados à liberdade de expressão

Tramitam no Congresso norte-americano os projetos de lei Stop Online Piracy Act (pare com a pirataria online, em tradução livre), conhecido como Sopa, e “Protect IP Act” (ato para proteção da propriedade intelectual), chamado de Pipa, sob forte protesto de internautas por todo o mundo.

No Sopa, por exemplo, a proposta é adotar penas de até 5 anos de prisão para os condenados por compartilhar conteúdo pirata por 10 ou mais vezes ao longo de 6 meses, além de encerramento dos serviços e banimento do provedores de internet.

Qualquer site pode vir a ser fechado apenas por ter conexão com outro site suspeito de pirataria, a pedido do governo dos EUA ou dos geradores de conteúdo. Sites como Google e Facebook, por exemplo, também poderiam ser punidos pela acusação de “permitir ou facilitar” a pirataria.

A denúncia de atentado à liberdade de expressão propagada pela rede levou o Congresso norte-americano a anunciar o adiamento da votação do projeto do Pipa e a deixar “em espera” o Sopa.

Para se inteirar sobre a mobilização virtual contra estas e outras ameaças à liberdade de expressão, uma boa fonte é o site “Mega Não – Diga não ao vigilantismo”: meganao.wordpress.com



Produtos Vitrine, com você onde você estiver.



Produtos a preço de custo, muitos deles confeccionados com materiais reciclados de excelente qualidade e acabamento. Conheça toda a linha de produtos da Fenaê. Visite o site: www.fenaê.org.br/vitrine

VITRINE
FENAÊ
PROMOVENDO RESPONSABILIDADE SOCIAL

Jogos Fenae

25 anos de história



Jogos da
FENAE
Vitória 2012

Acesse: www.fenae.org.br - seção Circuito Jogos